

483

BRASIL: NÍVEIS DE LETRAMENTO E DESIGUALDADES REGIONAIS. *Jasom de Oliveira, Alceu Ravanello Ferraro (orient.) (EST).*

Este trabalho é parte da pesquisa "Escola Brasileira: Quem são os excluídos?...", desenvolvida na EST, com o apoio do CNPq, iniciada em 03/2004. Ele retoma um aspecto do projeto anterior - o das desigualdades regionais, agora em relação a níveis de letramento. A palavra letramento surgiu nos anos 80, como versão para o português da palavra inglesa *litteracy*, anteriormente traduzida por alfabetização. Enquanto o termo alfabetização se refere ao processo de ensino-aprendizagem da técnica de ler e escrever, o termo letramento veio para significar o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. A pesquisa se fundamenta no pressuposto de que a quantidade de anos de estudo da população nos censos pode ser tomada como indicador de diferentes níveis de letramento, assim definidos: sem instrução e menos de 1 ano de estudo = nível 0; 1 a 3 anos = nível 1; 4 a 7 anos = nível 2; 8 a 10 anos = nível 3; 11 anos ou mais = nível 4 de letramento. Das pessoas de 18 e 19 anos podia-se esperar que, no Censo 2000, tivessem concluído não só a educação fundamental (nível 3), mas também a média (nível 4). Em 2000, é extremamente elevada a percentagem de jovens nessa idade que sequer tinham concluído a educação fundamental, situados, portanto, nos níveis 0, 1 e 2 de letramento, abaixo do mínimo constitucional. Esse número era de 33, 2% em SC, 44, 5% no Brasil como um todo e 72, 1% em AL. O número dos/as que, nessa mesma idade, haviam concluído o nível 4 de letramento (educação média ou mais) era de apenas 21, 7% no Brasil, não indo além de 30, 2% em SC, um dos estados em melhor situação, e ficando abaixo de 10% no outro extremo (AL com 7, 9%).